

TEIMOSIA CAMPONESA NO TERRITÓRIO RURAL DO BOLSÃO TESTARUDEZ CAMPESINA EN EL TERRITORIO RURAL DEL BOLSÃO

Mieceslau Kudlavicz

RESUMO: As presentes reflexões são fruto das discussões realizadas no Laboratório de Estudos Territoriais (LABET), vinculado ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com destaque para as atividades desenvolvidas pela equipe do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Rural do Bolsão (NEDET) do Território Rural do Bolsão, resultante de participação em Edital **CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014** e da atuação do autor como agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Objetivamos neste estudo analisar a realidade agrária do bolsão procurando dar visibilidade aos camponeses que resistiram ao avanço da atividade pecuária extensiva na segunda metade do século XX, bem como à luta dos camponeses que se organizam no século XXI para reconquistar parte das terras que foram apropriadas pelos latifundiários seja pela grilagem, seja via requerimentos junto ao poder público Estadual ou Federal de áreas de terra ocupadas anteriormente por camponeses.

PALAVRAS-CHAVE: monocultivos; camponeses; concentração fundiária; resistência.

RESUMEN: Las presentes reflexiones son fruto de las discusiones realizadas en el Laboratorio de Estudios Territoriales (LABET), vinculado al Curso de Geografía de la Universidad Federal de Mato Grosso do Sul, con destaque para las actividades desarrolladas por el equipo del Núcleo de Extensión en Desarrollo Territorial (NEDET) del Territorio Rural del Bolsão, resultante de participación en el Decreto **CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014** y de la actuación del autor como agente de la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT). Objetivamos en ese estudio analizar la realidad agraria del Bolsão, buscando dar visibilidad a los campesinos que resistieron al avance de la actividad pecuaria extensiva en la segunda mitad del siglo XX, así como a la lucha de los campesinos que se organizan en el siglo XXI para reconquistar parte de las tierras que fueron apropiadas por los terratenientes, sea por falsificación de documentos de posesión, sea por requerimientos

junto al Poder Público Estatal o Federal de áreas de tierra ocupadas anteriormente por campesinos.

PALABRAS CLAVE: monocultivos; campesinos; concentración de la tierra; resistencia.

As presentes reflexões são fruto das discussões realizadas no Laboratório de Estudos Territoriais (LABET), vinculado ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, com destaque para as atividades desenvolvidas pela equipe do Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Território Rural do Bolsão (NEDET) do Território Rural do Bolsão, resultante de participação em Edital **CNPq/MDA/SPM-PR Nº 11/2014** e da atuação do autor como agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), durante 30 anos em Mato Grosso do Sul.

A agricultura familiar camponesa, no Centro Oeste brasileiro, sofre enorme abandono por parte do Estado, principalmente, a partir dos anos de 1970 com aplicação das políticas públicas do regime civil-militar, com oferecimento de grandes incentivos fiscais e creditícios para a agricultura empresarial capitalista, também denominada como “agronegócio”. Elas promoveram alterações na din territorial, definindo e redefinindo as funções do uso e da ocupação das terras de acordo com as necessidades de acumulação do capital.

Dentre estas políticas territoriais, mereceu destaque a política desenvolvimentista do governo militar dos anos de 1960 quando são formuladas políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento dos cerrados com a criação do POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e do PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados (COSTA, 1988). E, mais recentemente, na década 1990, aprofunda-se por meio do Fundo Constitucional para Financiamento do Centro-Oeste (FCO). (KUDLAVICZ, 2011, p. 23).

Este processo desdobrou-se no Território Rural do Bolsão, de modo particular a partir da década de 1970, quando se acentuou a destruição do Cerrado para a expansão da pecuária e dos plantios de eucalipto. Porém, durante aquela década e, também, na de 1980, a agricultura familiar camponesa ainda teve presença significativa no cultivo de lavouras tradicionais, como milho, arroz e feijão, além de outros cultivos com menor área. Mesmo assim, o Território Rural do Bolsão, situado

na região Leste de Mato Grosso do Sul, foi considerado como de terras de baixa fertilidade, de modo especial pelos órgãos do Estado e, portanto, como não apropriadas para a agricultura.

O Bolsão, historicamente, possui estrutura fundiária concentrada e forte absenteísmo (NARDOQUE, 2016). Estas características resultaram da gênese de ocupação das terras neste espaço, sobretudo pela entrada de fazendeiros de Minas Gerais, estabelecendo-se com suas famílias, seus agregados e escravos, apropriando-se de grandes extensões de terras, seja requeridas junto à união ou griladas dos posseiros e indígenas que aí já habitavam e cultivavam estas terras, ainda no século XIX e início do XX (BORGES, 2011).

Sendo assim,

Apesar da estrutura fundiária da Microrregião de Três Lagoas ser uma das mais concentradas no MS, é nesta mesma região que os camponeses, “teimosamente”, resistem e insistem em se reproduzir socialmente apesar de todas as adversidades. E respondem por uma porcentagem significativa da produção animal e vegetal, apesar da dinâmica da estrutura fundiária e de produção estar baseada, nas últimas três décadas, no monocultivo do plantio de eucalipto e de pastagens para pecuária (KUDLAVICZ, 2011, p. 75).

No entanto, a partir da execução do POLOCENTRO e do PRODECER no Território do Bolsão, ocorreu a legitimação da ocupação das terras griladas, agravando a concentração fundiária, ao mesmo tempo expulsando os camponeses (proprietários, meeiros e posseiros) de suas terras, seja à força ou pela ausência de políticas publicadas de apoio à agricultura familiar camponesa. A formação do distrito de Vila Raimundo, município de Paranaíba, como exemplo, formou-se basicamente da expulsão de dezenas de famílias da fazenda Nova Jales, como foi relatado pelos moradores locais em reunião realizada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) no ano de 2004. Naquela ocasião, a CPT tentou organizar camponeses sem terra que reivindicavam uma área para assentamento das famílias.

O Território Rural do Bolsão, localizado na região Leste de Mato Grosso do Sul, é composto pelos municípios de Chapadão do Sul, Cassilândia, Paranaíba, Inocência, Aparecida do Taboado, Selvíria, Água Clara e Três Lagoas.

EXPANSÃO PECUÁRIA E DOS MONOCULTIVOS DE EUCALIPTO.

No Brasil a partir da segunda metade do século XX, especificamente no início dos anos 60, iniciou-se um processo forte de modernização da agricultura brasileira. Os governos e a burguesia por meio do rádio, da TV, das empresas de assistência técnica, das cooperativas controladas pelos grandes capitalistas, das escolas, propagaram a ideia da produção moderna para o mercado. Esse modelo de desenvolvimento no campo foi corroborado com a execução do POLOCENTRO e do PRODECER na década de 1970, na Região Centro-Oeste e, portanto, também no Território do Bolsão, por meio da expansão da pecuária e dos incentivos para os plantios de eucalipto, inclusive por ser considerada por muitos como região inadequada para a agricultura.

Este modelo de desenvolvimento redefiniu os usos e a ocupação das terras, o que, momentaneamente, permitiu a permanência dos camponeses, via os arrendamentos de terra para a formação de pastagens. Porém, ao mesmo tempo, os pequenos proprietários eram pressionados para se modernizarem e produzirem para o mercado, adequando-se ao pacote tecnológico, como a comprar sementes híbridas indicadas pelas empresas, além de agrotóxicos, adubo químico e maquinários.

Os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1985 apresentaram um número elevado de arrendatários, parceiros e ocupantes (posseiros), somando 1.421 estabelecimentos no Território do Bolsão. De modo especial, no município de Água Clara, de 16 estabelecimentos agropecuários da tipologia ocupantes (posseiros) detinham 57.493 hectares, o que representava, em média, 3.593 hectares por estabelecimento. Por sua vez, os estabelecimentos dos demais municípios do Bolsão, com esta tipologia de camponeses, somavam 360 e detinham área de 43.246 hectares. Isto representa uma média de 120 hectares por estabelecimento, sob controle de camponeses não proprietários. Analisando os dados do Censo Agropecuário de 2006 em relação à tipologia ocupantes verificamos o registro de tão somente 34 dos 376 estabelecimentos de não proprietários, registrados pelo Censo Agropecuário de 1985, totalizando área de 1.882 hectares. Porém, em 1985 a área de terra dos estabelecimentos da tipologia

de ocupantes registrados pelo IBGE, totalizava 100.739 hectares. Fica um questionamento sobre o que aconteceu com os demais 342 estabelecimentos de ocupantes e com as terras de aproximadamente 100 mil hectares? Alguém se apoderou ilegalmente? Foram regularizadas?

A resposta pode ser dada por meio dos relatos dos camponeses que sofreram com a expulsão das fazendas, após a formação de pastagens. Ainda na década de 1980, a Comissão Pastoral da Terra recebeu denúncias de despejos de dezenas de famílias da Fazenda Nova Jales, no município de Paranaíba. Recentemente, no ano de 2016, em reuniões com camponeses sem terra, decorrentes de ações do Nedet/Bolsão, na Vila Raimundo, município de Paranaíba, foi relatado pelos participantes que das 120 famílias residentes na Vila Raimundo, cerca de 30 são daquelas de arrendatários despejadas da fazenda Nova Jales na década de 1980 e as demais expulsas de outras fazendas próximas, onde trabalhavam como arrendatários. Sendo assim,

A História da Vila Raimundo, ou melhor, das primeiras famílias de camponeses sem terra que, em meados da década de 1960, expulsas pelos fazendeiros da região foram residir em torno do boteco do Sr. Raimundo e deram início ao povoado, é parte da longa história dos pobres do campo que, impedidos de trabalhar na terra resistem na margem das rodovias na esperança de um pedaço de chão. O número de famílias moradoras da Vila Raimundo aumentou consideravelmente no período do plano Nacional de Reforma Agrária, nos anos de 1985 e 1986, quando cerca de 30 famílias de arrendatários foram despejados da fazenda Nova Jales, situada nas proximidades.¹

O Território Rural do Bolsão, apesar de ser considerado inadequado para a agricultura, uma das evidências da presença camponesa, além do escrito anteriormente, é a presença das lavouras cujos produtos vão diretamente à mesa dos brasileiros, como é do arroz, do feijão, da mandioca e do milho, produzidos pela agricultura familiar camponesa no Distrito do Arapuá (MEDEIROS; SILVA 2016), município de Três Lagoas, na década de 1980, como demonstrado na tabela 1.

¹Citação do “Ofício 01/03”, de 19 de maio de 2003, assinado pela Associação dos Trabalhadores Rurais da Vila Raimundo e a Comissão Pastoral da Terra enviado ao Presidente do Idaterra, em Campo Grande.

TABELA 1: Distrito de Arapuá/Três Lagoas (MS): principais produtos cultivados-198?

Produtos	Área Cultivada (há)	Volume produzido (Ton)
Arroz	1.503	901,8
Café	100	60
Feijão	28	8,4
Mandioca	80	800
Milho	907	1.088,4

Fonte: Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (EMPAER), ano 198?.

O distrito de Arapuá também se destacou na produção de algodão no período entre 1970/80, como ilustra a figura 1. Além disso, na década de 1970, mais de 40 produtores exerciam a atividade da sericicultura que é uma atividade agrícola essencialmente realizada por pequenos proprietários de terra.

FIGURA 1: Distrito de Arapuá/Três Lagoas (MS): caminhão com produção de algodão da família Lima, ano197?



Fonte: FAMÍLIA LIMA

Além do distrito de Arapuá como exemplo de forte presença da agricultura camponesa no Território do Bolsão, os dados do IBGE, da década de 1990, apresentam informações significativas quanto à produção de arroz, feijão, mandioca e milho, em todos os municípios do Território. Porém, com exceção do milho e da mandioca, os demais cultivos sofreram drástica redução a partir da década de 2000, como ilustram as tabelas 2, 3, 4 e 5.

TABELA 2 –Território Rural do Bolsão (MS): área plantada de arroz - hectares

Municípios	Ano					
	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Água Clara	3.000	1.500	x	x	x	x
Aparecida	300	200	x	63	x	x
Cassilândia	200	650	30	x	x	110
Chapadão	2.000	2.500	4.000	x	20	x
Inocência	1.400	1.800	610	x	x	x
Paranaíba	2.200	300	100	x	x	x
Selvíria	2.00	607	30	x	x	x
Três Lagoas	x	700	x	x	x	x

Fonte: IBGE –Sistema PAM.

TABELA 3 –Território Rural do Bolsão (MS): área plantada de feijão – hectares

Municípios	Ano					
	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Água Clara	50	80	x	x	x	x
Aparecida	150	14	x	197	56	x
Cassilândia	39	x	x	x	114	100
Chapadão	100	x	830	400	1.390	500
Inocência	197	x	x	x	x	x
Paranaíba	230	x	x	x	30	x
Selvira	800	101	x	40	x	150
Três Lagoas	197	x	x	x	x	x

Fonte: IBGE –Sistema PAM.

TABELA 4 –Território Rural do Bolsão (MS): área plantada de mandioca – hectares

Municípios	Ano					
	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Água Clara	80	100	100	100	30	30
Aparecida	100	100	50	50	50	50
Cassilândia	100	100	100	100	50	50
Chapadão	x	100	100	50	50	50
Inocência	100	100	100	100	50	60
Paranaíba	450	450	150	200	50	50
Selvira	30	200	50	50	50	20
Três Lagoas	1.000	150	60	100	50	50

Fonte:IBGE –Sistema PAM.

Apesar de a área plantada de milho estar presente em praticamente todos os municípios e em todos os anos da tabela 5, porém fica evidente como a área no município do Chapadão do Sul destoa do restante dos municípios. É um caso atípico no Território do Bolsão, pois a produção é realizada em grandes propriedades.

TABELA 5 –Território Rural do Bolsão (MS): área plantada de milho – hectares

Municípios	Ano					
	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Água Clara	2.000	1.500	1.000	2.100	1.010	x
Aparecida	1.000	1.300	350	150	x	x
Cassilândia	500	2.000	1.450	2.500	1.580	2.400
Chapadão	11.000	39.000	27.000	15.400	31.000	40.000
Inocência	2.880	2.000	500	1.200	240	260
Paranaíba	4.000	3.160	3.000	1.050	800	290
Selvíria	1.500	1.012	937	378	72	660
Três Lagoas	1.500	700	580	50	50	x

Fonte: IBGE –Sistema PAM.

Como pode ser verificado nas tabelas anteriores, houve redução na área de cultivos da lavoura temporária, devido ao fato de que como não havia apoio do governo para estas atividades e sim para a pecuária de corte. Em vista disso, enquanto os grandes estabelecimentos ampliam o uso de suas terras nas atividades da pecuária de corte, os camponeses estrategicamente aumentam sua participação nas atividades da pecuária leiteira, saltando de 38,92 % sobre o total do volume produzido de leite no Território, segundo os dados do Censo Agropecuário de 1995/96, para 47,10 segundo dados do Censo Agropecuário de 2006.

Não somente na produção, mas os dados do IBGE evidenciam a presença da agricultura camponesa por meio dos dados da estrutura fundiária, como a registrada no Censo Agropecuário de 1985, como se verifica nas tabelas 6 e 7. De modo particular, chama-se a atenção para as classes de área de menos 5 hectares e de 5 a menos 10 hectares, com número elevado de estabelecimentos. Assim, segundo os dados do IBGE, existiam no Território do Bolsão 736 estabelecimentos na classe de área de menos 5 hectares e 327 estabelecimentos nas classe de área de 5 a menos de 10 hectares.

TABELA 6 –Território Rural do Bolsão (MS): número de estabelecimentos com menos 200 ha por grupos de área total - 1985

Municípios	Menos 5ha	5 a menos 10	10 a menos 20	20 a menos 50	50 a menos 100	100 a menos 200
Água Clara	3	5	3	17	6	22
Aparecida do Taboado	90	52	47	110	102	132
Cassilândia	61	34	34	104	108	138
Chapadão do Sul ²	-----	-----	----	-----	-----	-----
Inocência	17	22	17	57	69	109
Paranaíba	322	168	131	329	329	323

² No Censo Agropecuário de 1985 Chapadão do Sul ainda não havia se emancipado e pertencia ao município de Cassilândia.

Selvíria	32	7	3	29	21	27
TrêsLagoas	211	39	50	144	73	112
Total	736	327	285	790	708	866

Fonte: IBGE Censo Agropecuário 1985.

TABELA 7 –Território Rural do Bolsão (MS): área dos estabelecimentos com menos de 200 hectares, por grupos de área total - 1985

Municípios	Menos 5ha	5 a menos 10	10 a menos 20	20 a menos 50	50 a menos 100	100 a menos 200
Água Clara	13	39	48	584	469	3.047
Aparecida do Taboado	261	383	691	3.864	7.444	18.584
Cassilândia	122	265	487	3.761	7.911	10.780
Chapadão do Sul	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Inocência	50	172	255	2.254	5.306	15.337
Paranaíba	1.112	1.345	1.994	11.676	24.616	45.953
Selvíria	67	55	48	929	1.585	4.045
TrêsLagoas	323	316	747	3.750	5.645	16.538
Total	1.948	2.575	4.270	26.818	52.976	114.284

Fonte: IBGE Censo Agropecuário 1985.

O RETORNO DOS CAMPONESES A SUAS TERRAS.

No item anterior demonstrou-se como a agricultura camponesa na segunda metade do século XX, período da chamada modernização conservadora do campo, disputou frações do território do Bolsão com os latifundiários da pecuária extensiva.

A partir do século XXI, o Bolsão enfrenta a expansão rápida dos plantios de eucalipto para atender às necessidades de matéria prima para as indústrias de celulose e de papel, Fibria e Eldorado Brasil, as duas estabelecidas no município de Três Lagoas, realizando novo uso da terra, em prejuízo dos usos da terra exercidos pelos agricultores familiares camponeses. Esta expansão dos plantios de eucalipto, aliada ao discurso de que esta região tem “vocação florestal”, ofusca as lutas e resistências dos camponeses por frações deste território.

No entanto, na década de 1980, a Comissão Pastoral da Terra realizou um trabalho de organização dos camponeses sem terra no Mato Grosso do Sul que, apesar de todas as adversidades, buscavam retornar às terras de onde haviam sido expulsos, organizando um acampamento com mais de 200 famílias provenientes de vários municípios do Bolsão (KUDLAVICZ; JESUS; MIRANDA. 1994). Posteriormente, estas famílias foram assentadas em diferentes projetos de assentamento realizados no estado. Mas foi no final da década de 1990 e a partir do século XXI, que se intensificou a luta pela terra no Território Rural do Bolsão, tendo como resultado a conquista de vários Projetos de Assentamentos (PA): PA Aroeira,

em Chapadão do Sul; PA Serra, no município de Paranaíba; PA Pontal do Faia e Vinte de Março, no município de Três Lagoas; PA São Joaquim, PA Alecrim e PA Canoas, no município de Selvíria. Outros dois assentamentos são de crédito fundiário, no município de Três Lagoas. Os projetos de assentamento da reforma agrária totalizam 755 famílias beneficiadas.

Muitos destes assentamentos se encontram em situações muito precárias pelo descaso do Estado e entregues aos projetos sociais de interesse das empresas de celulose (KUDLAVICZ; ALMEIDA, 2014). Mas, apesar de todos os obstáculos, produzem e comercializam sua produção para o PAA e PNAE, nas feiras, como da UFMS e da cidade de Três Lagoas e condomínios nesta cidade (ALMEIDA, 2017). Há diversidade na produção por parte das famílias assentadas, enquanto famílias optam, prioritariamente, pela horticultura outros optam pela pecuária leiteira, pela produção de maracujá e outros por lavouras em menor volume de produção.

Além dos camponeses provenientes dos projetos de reforma agrária, existem várias comunidades de camponeses tradicionais que resistem no seu pedaço de chão, há dezenas de anos no Território do Bolsão, como ilustrado nas figuras 2, 3 e 4. Todas elas existem há mais de 50 anos. Arapuá e Garcias se localizam no município de Três Lagoas, e suas origens estão muito relacionadas com as estações da Rede Ferroviária. A comunidade Vila São Pedro, no município de Inocência, registra uma história muito mais antiga, como fica evidenciado na festa de Nossa Senhora da Abadia, realizada há 120 anos (ver figura 2).

FIGURA 2: Cartaz de divulgação da festa de Nossa Senhora da Abadia em comemoração aos 120 anos da festa.



FESTA DE NOSSA SENHORA DA ABADIA

Distrito de São Pedro - Município de Inocência
Dias: 12 e 13 de agosto de 2016

PROGRAMAÇÃO RELIGIOSA:

Dia: 12/08/2016
Missa - 19h

Comemoração
dos 120 anos de festa
em homenagem a
Nossa Senhora da Abadia

Dia: 13/08/2016
16h preparação para o Batismo
17h Realização do Batismo
18h Procissão e Santa Missa

ANIMAÇÃO
Banda Ottoni

Reservas de Mesas
(67) 98195-7445
(67) 99867-3649

Dias 12 e 13 de agosto haverá Baile e Leilão à partir das 20 horas, no Salão Paroquial

Festeiros: 12/08/16
Defonso Martins Batista e Família
Sérgio Martins Batista e Família
Hudson Martins Batista e Família
Hudenes Martins Batista e Família
Kennides Martins Batista e Família
João Maria Chagas e Família
Roberto Vieira
Dilma Martins Souza Leal e Família
Demerval Martins Latta e Família
Antonio Bernardes Mariano e Família
Genfil Cazuza e Família
Amir Moreira Garcia e Família
Wilson Bernardes Mariano e Família

Festeiros: 13/08/16
Joaquim Garcia Corrêa e Família
Antônio Corrêa Garcia e Família
Eroenes Bosco Garcia e Família
Dioclécio de Paula e Família
Aluizio Rezende, Esposa e Filhos
Inês Rezende e Filhos
Sérgio Machado Figueiredo e Família
Elsó Fernandes e Família
Ozerico e Família
Ricardo (Bovitel) e Família
Leonita (Nita) e Filhos
Tereza Azidio Hernandez Peres e Família

Leiloeiros: Ademilson Junqueira, José Salvador, Toinzinho e Convidados

FONTE: Arquivos do Autor, 2016

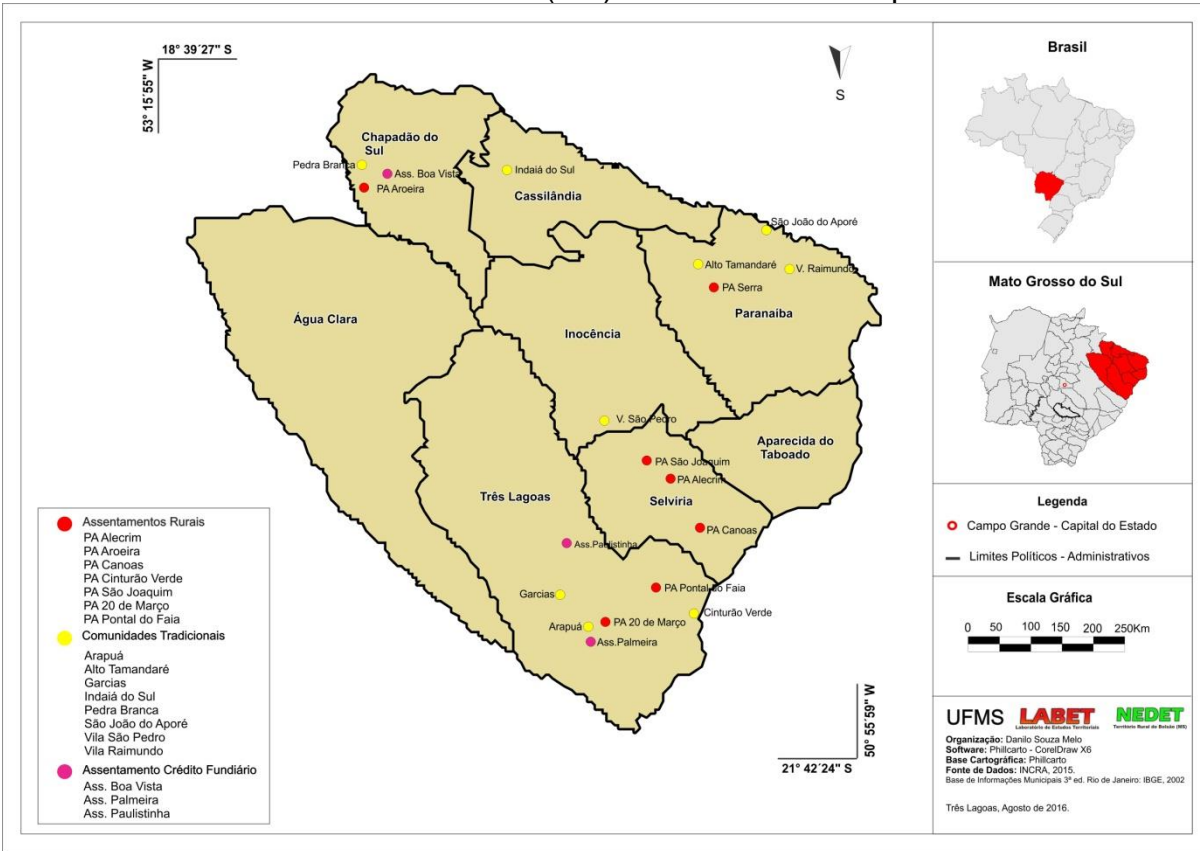
Já a criação do Distrito de Indaiá do Sul, em Cassilândia, segundo relatos colhidos junto aos moradores locais, durante trabalho de campo realizado pela equipe do NEDET em 2016, foi motivada pela necessidade de um local para construção de uma escola para atender os filhos de camponeses que trabalhavam nas fazendas e filhos de sitiantes da região. Distrito do Alto Tamandaré, município

de Paranaíba, origina-se a partir da ocupação das terras pelas famílias de mineiros que posteriormente foram sendo repartidas entre os herdeiros, segundo relato colhido junto aos moradores locais durante trabalho de campo da equipe do NEDET em 2016. Já a área destinada para a criação do distrito foi doação de um pedaço das terras da família Rodrigues, que tinham a posse de grandes extensões de terra nesta região. Segundo relato de um dos moradores foi um engenheiro que andou medindo as terras da família Rodrigues,

Ai foi sobrando, sobrou um pedaço e ele ficou com aquele pedaço. Ele recebeu...Ou recebeu em pagamento do Estado. Ai ele andanocortano né? [...] sabe que eu vo dar um pedaço de terra aqui pra patrimônio, fazê um patrimônio aqui na região que é muito bom. [...] Ai ele trabalhando [...] um patrimônio, num pedaço de terra que sobrou pra mim lá. Então eu vou dá...³

³ Relato colhido, durante trabalho de campo realizado pela equipe do NEDET, no dia 21 de setembro de 2016, junto a um morador que reside no distrito de Almirante Tamandaré há 40 anos

FIGURA 3: Território Rural do Bolsão (MS): comunidades camponesas tradicionais



Fonte: ALMEIDA, 2017

FIGURA 4: Sitio de um camponês tradicional no município de Paranaíba.



FONTE: KUDLAVICZ, 2016.

CONSIDERAÇÃO FINAL

Objetivamos neste estudo analisar a realidade agrária do bolsão procurando dar visibilidade aos camponeses que resistiram ao avanço da atividade pecuária extensiva na segunda metade do século XX, bem como à luta dos camponeses que se organizam no século XXI para reconquistar parte das terras que foram apropriadas pelos latifundiários seja pela grilagem, seja via requerimentos junto ao poder público Estadual ou Federal de áreas de terra ocupadas anteriormente por camponeses. Os dados do IBGE aqui analisados dão indicativos de que houve uma expulsão de milhares de famílias de posseiros e pequenos proprietários de suas terras durante as últimas três décadas do século XX. E atualmente com a expansão dos monocultivos de eucalipto enfrentam novos desafios para permanecerem nas terras conquistadas com muita luta e organização

Enfim, procurou-se neste trabalho demonstrar que, apesar das previsões da extinção dos camponeses por alguns estudiosos da questão agrária, estes sujeitos sociais continuam resistindo pela permanência na terra e se organizando para reconquistar frações do território capitalista apropriado pelos latifundiários.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Contradições da reforma agrária o bolsão/MS em tempo de impérios de papel.** In: CAMACHO, Rodrigo Simão e COELHO, Fabiano, (Orgs.). O Campo nos Governos FHC e Lula: contribuições para um debate multidisciplinar, Dourados, Editora UFGD, 2017, Prelo.

BORGES, Maria Celma. **Escravos e roceiros em Sant'ana de Paranaíba: terra e liberdade nos campos do sul de Mato Grosso (séc.XIX).**Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. **Plano Estadual para o Desenvolvimento Sustentável de Florestas Plantadas.** Relatório final, Campo Grande, março de 2009.

KUDLAVICZ, Mieceslau; JESUS, S. A. de; MIRANDA, J. E. **A luta dos trabalhadores rurais sem Mato Grosso do Sul (1978-1992).** Participação da Comissão Pastoral da Terra, Campo Grande, 1994. Mimeografado.

KUDLAVICZ, Mieceslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo Celulose/papel na microrregião de Três Lagoas/MS**. 2011. 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

KUDLAVICZ, Mieceslau; ALMEIDA, Rosemeire A. de. Em tempos de “privatização” da reforma agrária, a necessária *práxis* do bem comum. **Boletim DATALUTA**. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, fevereiro de 2014, número 60. p. 01-06. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>.

MEDEIROS, Jociene Rosa de; SILVA, Mariele de Oliveira. **EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO**: os jovens camponeses estudantes e as transformações ocorridas nos últimos anos na região de Arapuá, TFC do curso de Especialização em Educação do Campo, UFMS, Polo de Três Lagoas, MS, 2016.

NARDOQUE, Sedeval. Questão agrária no Território Rural do Bolsão/MS. In: **Anais**. XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. Aracajú, nov. 2016.

IBGE. Sistema PAM.

IBGE. Censo Agropecuário 1985

Recebido em: 23/03/2017

Aceito para publicação em: 29/11/2017